



## **CÂMARA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

##### **1. Do Objeto:**

Contratação de curso com a Empresa **GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**, para treinamento de 01 (um) participante, no curso cujo tema é **"CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL E IMPROBIDADE: FERRAMENTAS LEGISLATIVAS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS"**, nos dias 08, 09, 10, e 11 de julho de 2025, na cidade de Brasília – DF.

##### **2. DA JUSTIFICATIVA:**

2.1. Necessidade de capacitação e atualização de conhecimentos para exercício de suas funções. A capacitação de servidores e vereadores para a gestão pública deve ser uma das grandes prioridades dos órgãos, oferecendo bons serviços públicos e qualidade no atendimento populacional. Até porque, entre os fatores que demonstram a importância da capacitação estão a complexidade das funções e as atualizações sociais constantes, assim como a própria cobrança social dos serviços prestados. Por esse motivo, ao proporcionar a capacitação de um profissional acerca de suas funções, o serviço público também é aperfeiçoado.

##### **3. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:**

3.1. TEMA DO CURSO: **"CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL E IMPROBIDADE: FERRAMENTAS LEGISLATIVAS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS "**

3.1.1. Terça-Feira: 08/07/2025 - 14h às 17hs - Credenciamento e entrega de materiais.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

- 3.1.2. Quarta-Feira: 09/07/2025 - 8hs às 12hs - Módulo I  
– Ferramentas de fiscalização parlamentar aplicadas à integridade pública municipal; Análise jurídico-prática da Lei de Integridade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações); Consequências jurídicas da conduta ímproba no exercício da função pública. Ilícitos por enriquecimento indevido: tipificação e repercussões jurídicas - art 9º - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).
- 3.1.3. Quinta-Feira: 10/07/2025 - 8hs às 12hs - Módulo II  
– Danos ao erário e má gestão pública: configurações e responsabilidades - art.10; Violação aos princípios da administração pública: sanções e parâmetros legais - art.11; mecanismos legislativos para acompanhamento da renda e patrimônio de agentes públicos; Formas pré-judiciais de apuração e intervenção em condutas suspeitas; Aplicação estratégica do Acordo de Não Persecução Cível (ANPC) no âmbito municipal - 14hs às 17hs - Consultorias Individuais. (Facultativo, mediante agendamento).
- 3.1.4. Sexta-Feira: 11/07/2025 - 8hs às 12hs - Módulo III  
– Adoção de medidas provisórias e restrições patrimoniais para garantia da probidade; Etapas do processo judicial de responsabilização por improbidade administrativa; Reenquadramento da ação de improbidade como ação civil pública; quando e como ocorre; Autonomia e intersecção entre esferas civil, administrativa e penal: reflexões práticas - Plantão de dúvidas das 10hs às 12hs.
- 3.1.5. Palestrante: Dr. Jarbas de Souza silveira.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

- 3.1.6. Currículo: Advogado, Graduado em Direito pela Unisepe, Faculdade São Lourenço – MG; Pós Graduado em Direito Público com Ênfase em Gestão Pública, com Capacitação para ensino no Magistério Superior pelo Instituto Damásio de Jesus; Assessor Jurídico do Município de São Lourenço – MG – Janeiro de 2014 a Dezembro de 2016.

#### **4. PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 4.1 O contrato tem o valor global de R\$1.100,00.
- 4.2 Os valores devidos pela Câmara serão pagos, até após recebimento da NFe e entrega dos serviços mediante apresentação da respectiva fatura acompanhado dos demais documentos fiscais.

#### **5. DO CONTRATO E DO PRAZO**

- 5.1 O contratado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei 14.133/21, observadas suas alterações posteriores e pelo preceito do direito público.
- 5.2 O contrato poderá, com base nos preceitos do direito público, ser rescindido pela Câmara Municipal de Delta/MG a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelações judiciais ou extrajudiciais, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.
- 5.3 Farão parte integralmente do contrato as condições previstas na proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 5.4 A vigência contratual iniciar-se-á a partir da data de assinatura do presente e será finda quando da efetiva entrega de todo objeto contratado.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

#### **6. DA SOLICITAÇÃO E ENTREGA DOS PRODUTOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

- 6.1 O fornecimento dos serviços será solicitado mediante a apresentação da ordem de fornecimento.
- 6.2 Os serviços deverão ser entregues nos locais estipulados e ocorrerão por conta exclusiva do fornecedor bem como suas despesas.
- 6.3 Na hipótese de rejeição, por entrega dos serviços em desacordo com as especificações, a contratada deverá restituir o valor do objeto no prazo de 5 dias úteis.

#### **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1 A CONTRATADA responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, devendo entregar o objeto deste contrato de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.
- 7.2 Fica a Contratada responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à execução do objeto deste Contrato, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, secundários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão de avença.
- 7.3 Deve a Contratada manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

#### **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1 Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do Contrato.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE DELTA**

### **Estado de Minas Gerais**

- 8.2 Efetuar pontualmente os pagamentos decorrentes do contrato.
- 8.3 Fiscalizar a execução do contrato.

## **9. DAS PENALIDADES**

- 9.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento contratual, a Câmara Municipal de Delta-MG poderá, garantida a prévia defesa da contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:
  - 9.1.1 Advertência por escrito, quando a contratada deixar de atender determinações necessárias a regularização de faltas ou defeitos concernentes a entrega dos bens, a critério da administração da Câmara Municipal de Delta-MG;
  - 9.1.2 multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor estimado do contrato;
  - 9.1.3 suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Delta-MG, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
  - 9.1.4 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.2 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no setor financeiro da Câmara Municipal de Delta-MG, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação.
- 9.3 Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pela Câmara Municipal de Delta-MG.



**CÂMARA MUNICIPAL DE DELTA**  
**Estado de Minas Gerais**

**10. DA CESSÃO**

10.1 A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de construir infração passível de penalidade.

**11. DO FORO**

11.1 As questões oriundas deste contrato serão dirimidas no Foro da Comarca de Uberaba/MG.

**Delta- MG, 07 dias do mês de julho de 2025.**